

Congresso
a, 15/5/90 □ 1º caderno □ 11
nacional
Política
JORNAL DO BRASIL
e mandato

*Roberto Saturnino Braga **

No Brasil, política é mandato; trata-se de um conceito sedimentado, quase um refrão popular. Numa sociedade onde os partidos são fracos, onde não há tradição de militância e cidadania, tem que ser assim. É possível citar exemplos em contrário, mas são exceções que não convencem.

Significaria isso, por consequência, uma obrigação de disputa de mandato para todo aquele que sente o impulso da responsabilidade pública e quer exercer atividade política? Acho que não necessariamente, em especial para quem tem a disposição de enfrentar o *status quo* e buscar a mudança, quem tem o rasgo da ousadia e a confiança na sua palavra e na sua razão. Esse pode trocar o mandato pela liderança partidária direta. É o caso de Lula que tem esses requisitos e está certo na sua decisão; tem sua razão e acredita nela mais do que os seus críticos.

É um caso exemplar, pelo que tem de inusitado e de notório; e a polémica que gerou é típica dos gestos que desafiam a tradição e suscitam a revisão de conceitos estabelecidos.

Desnecessário dizer que o mandato legislativo é importante e é a via normal de acesso e de ascensão no mundo político. Mas não deixa de ter, em contrapartida, o seu lado imobilizador. O dever da dedicação e da assiduidade prende o parlamentar ao seu trabalho. Ficam-lhe os fins de semana na ponte aérea e a correspondência com o eleitor. Nem um nem outro são suficientes para o preenchimento das expectativas de uma liderança de porte, mesmo em doses amplas, generosamente pagas pelos cofres públicos.

Resta, finalmente, o noticiário; e a luta pelo espaço publicitário passa a ser a maior preocupação do parlamentar. Deputado sem imagem é reeleição periclitante. E a imagem do deputado brasileiro, na média, nunca esteve tão deteriorada quanto hoje.

Romper este círculo que aprisiona a maioria e mostrar-se limpo dos respingos do noticiário negativo é um esforço diário de todos, que consome tempo e atenção. Em outras circunstâncias, este esforço poderia estar mais bem aplicado no exame e no debate das questões mais relevantes do país. Não sei se o mesmo se dá em outras democracias. Provavelmente sim, com menos exacerbação. O fato é que o exercício parlamentar consome energias na sua própria sustentação publicitária — a imagem, a prestação de contas, a briga pelo noticiário, a mensagem constante às bases.

A militância direta em contato permanente com a base é diferente. Temos menos notícias, mas precisamos menos delas. Desde que se movimente, o militante líder carrega a notícia da sua presença e da sua palavra. Notícia restrita, as mais das vezes veiculada pelos canais informais de comunicação, mas real e permanente, e tanto mais ressonante quanto mais forte são a presença e a liderança. O parlamentar, privado desta movimentação, não dispõe dessa fonte de irradiação. A militância direta, ademais, propicia multiplicidade maior dos contatos com a realidade, renova o pensamento, enriquece a visão desta realidade, abre mais as perspectivas para o debate das questões. A militância direta contribui mais eficazmente para a formação da cultura política, para a conscientização e a organização das opiniões. Tudo isto é essencial para o fortalecimento dos partidos e da democracia. No estágio de precariedade em que estamos neste particular, a militância tem muitas dimensões que a fazem uma tarefa de importância nada menor do que o exercício do mandato.

Vivemos um momento dramático da nossa História, de uma situação que denunciava hiperinflação e ingovernabilidade, saltamos para o arrojo de uma reforma monetária e fiscal estonteante e arriscada, mas suficientemente promissora, para agora sermos jogados numa reforma administrativa que, supostamente saneadora, pode ser geradora de um verdadeiro colapso do serviço público. Em nome de uma política privatista, que não deu resultados brilhantes em outros países onde o Estado nunca exerceu um papel tão significativo como tem no Brasil, pode-se desencadear uma reação social e econômica de proporções devastadoras. Neste ponto histórico, o Parlamento é evidentemente fundamental, mas a organização e a orientação positiva das reações da sociedade através de uma militância direta competente não é menos necessária. Esta tarefa de organização da opinião é na verdade uma função precípua dos partidos; na fraqueza destes, entretanto, deve ser coberta pelo esforço de militância direta de líderes de expressão, desde que seja, também, concomitantemente, fortalecedor dos partidos, isto é, não o tipo de liderança eminentemente pessoal, deseducativa.

Enfim, depende da disposição e da vocação de luta, e neste quadro me parece que Lula está certo em não ser candidato a deputado. Analistas de visão estreita são os que comentam sua decisão de forma negativa. De minha parte, aprecio a acuidade e a maturidade do pensamento que o levou a esta decisão. É a ávalio como um fato político de relevo que há de ter consequências positivas para o futuro político do país.

* Economista, ex-prefeito do Rio de Janeiro